Os principais momentos da história do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza - Sinteps

Sinteps 30 anos!

As lutas e conquistas na história da nossa balzaquiana entidade

A história do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo, **Sinteps**, é produto da participação e do engajamento de muita gente, ao longo de vários anos.

A luta pelos direitos da categoria, dos específicos aos mais gerais, pela democratização das estruturas de poder do Centro Paula Souza e contra o projeto neoliberal na educação, tão em voga no final do século passado e nas primeiras décadas deste, deu o tom nestes 30 anos de existência do Sinteps, completados em 13 de dezembro de 2023.

Assim como a personagem do romance "*A mulher de trinta anos*", do escritor francês Honoré de Balzac, nossa jovem entidade, fundada em 1993, chega aos 30 anos rejuvenescida pelas lutas que organizou, pelo aprendizado dos obstáculos e pela alegria das conquistas.

Neste Organizador 2024, um presente do Sinteps aos seus associados, você confere um pouquinho de alguns destes fatos. Conhecer a história e as batalhas da nossa categoria é fundamental para preparar e alicerçar as lutas que virão.

Sinteps nasceu em 1993

Antes que surgisse, em dezembro de 1993, o nosso Sindicato já era realidade no Centro Paula Souza, por meio da existência de outras entidades. Duas delas acabaram se unindo, numa histórica assembleia realizada em 13 dezembro de 1993: a Associação dos Servidores do Ceeteps (ASPS) e a Associação dos Docentes das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza (Adeteps).

O espírito que moveu a categoria para fundir as associações e transformá-las no Sinteps foi o de que, independentemente de ser professor, auxiliar docente ou servidor técnico-administrativo, somos todos trabalhadores do Ceeteps, tendo como objetivos dignificar as funções públicas que exercemos, defender o ensino público, gratuito e de qualidade que juntos construímos, lutar por nossos direitos como cidadãos e trabalhadores, empregados por um mesmo patrão, o governo estadual paulista.

1994: *O recém criado Sinteps participa de movimento conjunto com as universidades estaduais por reajuste salarial*

Já tivemos eleição para Superintendente no Centro. Você sabia?

Isso mesmo. A luta já foi capaz de conquistar eleições diretas para superintendente do Ceeteps, entre 1992 e 1996.

Em 1991 – portanto, antes da criação do Sinteps –, as entidades representativas de servidores, docentes e estudantes fizeram um movimento que culminou na eleição e na posse do professor Elias Horani, que viria a ser o primeiro – e, por enquanto, o único – superintendente eleito da história do Centro.

Empossado em setembro de 1992, Horani deveria encerrar seu mandato em 1996, mas a ascensão do PSDB mudou o quadro político do estado e o Ceeteps sofreu uma intervenção. Desde então, a comunidade não participa da escolha de superintendente e vice superintendente, que fica a cargo de um Conselho Deliberativo composto, literalmente, por meia dúzia de iluminados, que em sua grande maioria nem pertencem à comunidade do Ceeteps, e da canetada final do governador.

*Desde então, a luta por democracia nas instâncias de poder do Centro é pauta do Sinteps, como mostra o cartaz de **2012***

Nos anos FHC, Sinteps foi linha de frente contra os ataques ao ensino técnico

Em 1996, com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso na presidência, teve início um conjunto de iniciativas danosas para reestruturar o ensino técnico e tecnológico. O Sinteps assumiu a linha de frente da reação em todo o país, inclusive criando uma Frente Parlamentar em defesa do ensino técnico na Assembleia Legislativa paulista. A intervenção na Superintendência do Centro era parte desta investida tucana.

A reação dos trabalhadores e estudantes do Centro segurou os ataques por um bom tempo, mas o governo FHC finalmente conseguiu impor a reforma, por meio do Decreto 2.208/97, com medidas como o fim do ensino integrado, enxugamento do currículo e transformação dos cursos técnicos em cursos de treinamento.

Tao logo tomou posse, o governador Mário Covas deixou de aplicar no Centro os reajustes salariais pagos nas universidades estaduais paulistas pelo Cruesp (o conselho de reitores). Essa garantia existia por conta do vínculo entre o Centro e a Unesp, em vigor desde 1976 (conforme a Lei 952/1976). Embora tenha tentado acabar integralmente com o vínculo seguidas vezes, o governo tucano não conseguiu, em grande medida por conta da reação da comunidade, organizada no Sinteps.

Em **1996** (esq.) e **1997**, momentos da luta dos trabalhadores e estudantes do Centro contra a reforma do ensino técnico e a quebra do vínculo com a Unesp

Em 2000 e 2004, duas grandes greves

O ano de 2000 ficará para sempre marcado na história do Ceeteps. Uma greve de 48 dias, unindo trabalhadores e estudantes, defendeu o vínculo à Unesp e a campanha salarial. A grande conquista foi a manutenção do vínculo com a Unesp. A pressão da greve fez o governo retirar da Assembleia Legislativa o PL 96/98, que previa o desvínculo.

Nesta luta, o Sinteps contou com o apoio decisivo do Fórum das Seis – formado pela Adusp, Adunesp, Adunicamp, Sintusp, Sintunesp, STU e Sinteps, além das entidades estudantis. Importante ressaltar que o Sinteps foi o único sindicato do funcionalismo que conseguiu derrotar um projeto do então governador Mário Covas na Alesp. Desta vitória política, inclusive, brotaram vitórias financeiras em muitas ações judiciais individuais que reivindicavam os reajustes do Cruesp, ajuizadas pelos advogados do Sindicato ou particulares que se utilizaram da tese da entidade.

Em 2001, 2002 e 2003, embora continuassem amargando forte arrocho salarial, os trabalhadores do Centro não conseguiram encampar as propostas de luta defendidas pelo Sinteps. Foram anos sem greves e sem grandes manifestações. Em 2002, o governo limitou-se a enviar um projeto de lei à Alesp, propondo reajuste de 5%.

No decorrer de 2003, uma série de iniciativas – abaixo-assinado, o envolvimento de mais pessoas no trabalho de mobilização, estar na mídia mais vezes e, ainda, realizar uma vitoriosa paralisação no dia 22/05, com a adesão de estratégicas 27 unidades – deu o tom no que viria no ano seguinte.

Em 2004, a greve vingou, estendendo-se por mais de 80 dias e contando com a ativa solidariedade dos estudantes. O governo endureceu, mas o movimento trouxe frutos, como é o caso do reajuste de 10% e da grande visibilidade na imprensa. Em 2005, ainda como produto da forte greve de 2004, o governo anunciou novos reajustes.

A greve de **2000** contou com o apoio dos estudantes, o que foi decisivo para manter o vínculo com a Unesp

A greve de **2004** garantiu reajustes por dois anos seguidos

2011, ano de greve e de luta pela carreira

Nos anos de 2006 até 2010, mesmo com o Sinteps indicando a mobilização, a categoria não conseguiu reagir. Não por coincidência, foram cinco anos sem reajustes. Em 2011, no entanto, os trabalhadores das ETECs e FATECs foram à luta.

Os 30 dias que se passaram entre a deflagração da greve, em 13 de maio, num ato com mais de 700 pessoas no pátio da FATEC/SP, e a assembleia de suspensão, em 13 de junho, foram intensos para os cerca de 60% da categoria que aderiram. Na capital e no interior, foram vários atos públicos, passeatas, assembleias, reuniões com pais e alunos, idas às Câmaras de Vereadores e Assembleia Legislativa etc.

As conquistas econômicas que tivemos com a greve de 2011 – o reajuste de 11%, a progressão automática das faixas iniciais dos docentes e auxiliares docentes, a equivalência para algumas das funções administrativas – foram produto da nossa mobilização. Além disso, com medo de novas mobilizações e ciente de que a remuneração dos trabalhadores era muito baixa, o governo viu-se pressionado a nos conceder 10,2% em 2012 e 8,12% em 2013. O movimento também obrigou o governo a acelerar o processo de elaboração da nova carreira, que culminaria em 2014.

A greve de **2011** teve grandes manifestações públicas, como a da foto, em São Paulo

2014, a greve que conquistou a carreira

Se dependesse da vontade do governo, o projeto de nova carreira permaneceria engavetado por muitos anos após 2011. Mas a mobilização dos trabalhadores do Centro mudou essa história. Cansados da falta de compromisso e de respeito por parte do governo, no dia 17/2/2014 a greve proposta pelo Sinteps vingou e um forte movimento, que atingiria 110 unidades, teve início.

Além de obrigar o governo a desengavetar a carreira, a greve conseguiu forçar a inserção de algumas melhorias no projeto original que foi à Assembleia Legislativa; é o caso da exclusão da avaliação de desempenho na promoção (evolução vertical) e do fim de um limitador de 20% de servidores que poderiam evoluir (propostas que o governo tentou nos impor).

É o caso também da extensão da contagem do efetivo exercício (tempo de serviço) para TODOS os trabalhadores do Centro Paula Souza, pois na proposta original do governo o pessoal técnico-administrativo não estava incluído, o que permitiu um ganho salarial expressivo, na segunda etapa do plano, que foi o enquadramento de julho de 2015.

A inclusão dos servidores administrativos nesta regra saiu, literalmente, "aos 45 minutos do segundo tempo" e foi uma grande conquista. Sem esta emenda, somente os docentes e auxiliares de docentes teriam direito ao segundo enquadramento. A greve encerrou-se em 26 de março.

*Ao lado, ato público em **2013**, em frente à administração do Centro, cobra a implantação da carreira. Abaixo, uma das grandes passeatas durante a greve de **2014**, que conquistou a carreira*

2015 e 2016 tiveram reação aos ataques contra a carreira

No final de 2015, um ato público com presença significativa, em frente à administração do Centro, foi decisivo para desmontar o primeiro ataque institucional à nossa carreira recém-aprovada. Uma portaria da Superintendente (nº 1.174/2015) determinava que a conquista dos 30% de hora atividade seria mutilada, com a imposição de que a metade desse tempo fosse cumprida na unidade. Porém, depois de todas as argumentações do Sindicato, que culminaram com o ato público de 16/12, em frente à Administração do Centro, a portaria foi revogada e os 30% passaram a ser cumpridos como diz a lei.

Em 2016, às vésperas da concretização da evolução por titulação para os docentes, o Conselho Deliberativo (CD) do Centro aprovou medidas para tentar restringir o que havia sido conquistado na carreira, por meio das Deliberações Ceeteps 26 e 27, ambas de 19/5/2016. Com estas deliberações, a Superintendência queria sacramentar as regras para progressões (horizontais) e para as promoções (verticais) a partir daquele momento e, para isso, tentava impor mudanças no que previa a lei da carreira (Lei nº 1.240/2014). O Sinteps denunciou os ataques e convocou os trabalhadores para um ato em frente à administração do Centro em 29/6/2016.

A reação surtiu efeitos e vários destes ataques foram retirados, como é o caso da data do enquadramento, que voltou a ser retroativa a 1º de julho, como dizia a lei da carreira, e não como constava inicialmente na Deliberação 27 (1º de agosto). É o caso também, ainda em relação à Deliberação 27, da ampliação do rol de titulações aceitas, passando a incluir as áreas de Educação e áreas relacionadas pela CAPES. Ainda assim, vários profissionais foram prejudicados pelo conteúdo das duas Deliberações.

O Sinteps também impetrou ações coletivas contra as duas deliberações.

*Acima, ato no final de **2015**, contra o golpe na carreira. Abaixo, atos no decorrer de **2016**, por reajuste salarial*

2017, ano do Congresso que aprovou a luta pela revisão da carreira. E reação aos ataques do governo Temer

Nos anos após a conquista da carreira, o Sinteps seguiu reivindicando tudo o que havia ficado de fora. De 12 a 16 de julho de 2017, em Nazaré Paulista, aconteceu o VIII Congresso dos trabalhadores do Centro Paula Souza, que culminou com a aprovação do plano de lutas que norteou as ações da entidade nos anos seguintes.

Um dos principais pontos foi a aprovação da reivindicação de revisão da carreira, com itens que permitiriam inserir nela o que faltou conquistar em 2014 (jornada para os docentes, fim do interstício para as titulações, extensão do enquadramento especial aos administrativos e auxiliares docentes, plano de saúde institucional, licença de 180 dias para as celetistas etc.) e, também, reajustar as tabelas salariais. A revisão da carreira foi uma das reivindicações centrais nos anos seguintes e, em 2019, o Sinteps conseguiu que o Centro montasse uma comissão para discutir o assunto, como você confere nas páginas a seguir.

Também em 2017, embora a categoria não tenha atendido aos chamados do Sindicato pela mobilização, a Diretoria Executiva conseguiu um reajuste adicional de cerca de 32% para o pessoal técnico-administrativo, devido ao reenquadramento dos salários ao previsto pela Lei 1.080, que não estava sendo seguida pelo governo.

*Em **15/3/2017**, o Sinteps participou em todo o estado do dia nacional de lutas contra a reforma da previdência que Temer queria impor. Acima, em Rio Preto; ao lado, Catanduva*

Categoria já realizou oito congressos

Principal instância de discussão e deliberação dos trabalhadores do Centro, os oito congressos realizados pelo Sinteps desde a sua criação, em 1993, foram importantes na consolidação da entidade e na construção das mobilizações. Eles foram realizados em 1995, 1998, 2001, 2004, 2007, 2010, 2013 e 2017.

Em todos os congressos, foram aprovadas resoluções importantes para as lutas da categoria, inclusive a construção da proposta para a revisão da carreira de 2014, elaborada no congresso de 2017, fundamental para o avanço desta luta.

Após 2017, não foi possível realizar novo congresso, devido às intermináveis ações judiciais que se seguiram contra as eleições sindicais. Teria sido especialmente relevante a realização de um congresso no ano em que comemoramos os 30 anos da entidade.

*O Congresso do Sinteps, em **2017**, que deslanchou a luta pela revisão da carreira*

2018 teve luta por reajuste e contra a reforma do EM

Em fevereiro de 2018, o então governador Márcio França anunciou um reajuste de 7% para docentes e auxiliares de docentes e de 3,5% para os servidores administrativos. No decorrer de todo o ano, a Diretoria Executiva do Sindicato apresentou um estudo, feito a partir dos dados oficiais do orçamento do Centro para 2018, comprovando ser perfeitamente possível estender os 7% aos administrativos, mas o governo e a Superintendência recusaram-se a fazer justiça com o segmento.

O ano de 2018 também teve novos passos na luta contra a reforma do Ensino Médio, aprovada em 2016, pelo então governo Temer. A toque de caixa – sem nenhum debate com os trabalhadores da educação, entidades acadêmicas e a sociedade – teve início a reforma do EM, com o enxugamento dos currículos, cursos com menos horas de duração e conteúdo empobrecido.

2018: *Acima, ato conjunto com os estudantes, contra a reforma do Ensino Médio. Ao lado, boletim do Sinteps com estudos sobre a viabilidade de estender o reajuste de 7% para todos*

Em 2019, impulso na revisão da carreira, luta contra a reforma da Previdência e os cortes na educação

Reivindicada pelo Sinteps desde 2015, finalmente em dezembro de 2019 foi criada uma comissão de trabalho entre Sindicato e Centro Paula Souza para discutir a revisão da carreira dos trabalhadores da instituição. A chegada da pandemia e a suspensão das atividades presenciais, a partir de março de 2020, paralisaram os trabalhos da comissão, que só voltaria a ser retomada em 2022.

O ano de 2019, o primeiro do governo Bolsonaro, também foi marcado por tentativas de cortes na educação e pela concretização da reforma da Previdência em âmbito federal, apesar das paralisações e manifestações realizadas no decorrer do ano. No caso do Centro Paula Souza, ela passou a vigorar para os empregados celetistas. Os estatutários enquadram-se na reforma que o governo Doria aprovou no início de 2020, apesar da forte reação das entidades do funcionalismo, entre elas o Sinteps.

*Em **2019**, primeiro ano do governo Bolsonaro, várias foram as tentativas de cortar recursos da educação. Acima, atividade em Araçatuba durante um dos atos nacionais*

2020 e 2021, anos de luta intensa da entidade em meio à pandemia

Quando o Sindicato se preparava para lançar as propostas práticas de mobilização para a campanha salarial de 2020, o início da pandemia causada pelo novo coronavírus caiu como uma bomba sobre a sociedade. Em meados de março, a quarentena e as medidas de isolamento social levaram ao fechamento do comércio e das escolas, entre elas as ETECs e as FATECs.

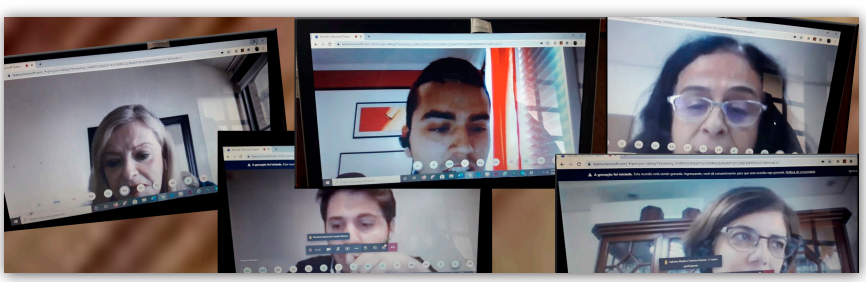
A direção do Sinteps rapidamente iniciou negociações com a direção do Centro, em torno de questões relevantes para os trabalhadores da instituição, como a garantia de afastamento para todos, administrativos e docentes, com exceção dos que atuavam em serviços essenciais e que não fossem dos grupos de risco; as contínuas negociações em torno aos desafios do ensino remoto, entre outros.

2021: *ao lado, banner do Sinteps na campanha de data-base. Acima, banner durante a greve sanitária*

Greve sanitária em defesa da vida - Em meio às pressões pelo retorno presencial em 2021, o Sinteps defendeu a posição de que isso deveria ocorrer somente após a garantia de vacinação e condições sanitárias seguras para todos. No final de julho, frente à pressão pelo retorno, o Sinteps indicou à categoria uma greve diferente, até então inédita no país: a greve sanitária, na qual os trabalhadores seguiriam atuando, mas em formato *online*. A greve, realizada de 2/8 a 9/10, garantiu por dois meses e meio a segurança sanitária dos grevistas e estudantes, tempo necessário para que muitos, inclusive, tomassem a segunda dose da vacina, e para que a maioria dos estudantes tomasse ao menos a primeira dose. Além disso, estabeleceu avanços que beneficiaram ao conjunto da categoria, como o reforço à possibilidade de apresentação de atestados/laudos médicos àqueles que eram portadores de comorbidades, garantindo-lhes a permanência no trabalho remoto. Da mesma forma, a ampliação do fornecimento de máscaras PFF2 ou KN95 aos trabalhadores.

Evolução e bônus - Em 2020 e 2021, a atuação do Sinteps foi decisiva para que o Centro realizasse o processo de evolução, pois a instituição queria se aproveitar das limitações impostas pela Lei Complementar 173, a lei do governo Bolsonaro que suspendeu reajustes, correções de benefícios e contagem de tempo funcional até o final de 2021. Sob pressão da entidade sindical, o Centro também pagou o bônus em 2021.

Vitórias jurídicas - Nos anos da pandemia, assim como nos anos anteriores, a assessoria jurídica do Sindicato teve atuação intensiva, com várias vitórias importantes. Por exemplo, a ação que garante o direito ao acúmulo para os docentes e a ação que obriga o Centro a preservar os direitos funcionais dos servidores que se desincompatibilizaram para concorrer às eleições.



*Em **2021**, em meio à pandemia, o Sinteps organizou uma greve sanitária, até então inédita no país. Ao lado, uma das negociações com a Superintendência*

2022 foi ano de cobranças por reajuste salarial digno para todos

Nos anos de 2020 e 2021, usando a pandemia como justificativa, a Superintendência do Centro e o governo estadual recusaram-se a negociar as reivindicações salariais apresentadas pelo Sinteps. Em 2022, já de olho no cenário eleitoral, o então governador João Doria anunciou (sem negociação) um reajuste diferenciado para o funcionalismo: 20% para o pessoal da saúde e da segurança pública, 10% para as demais categorias (aí incluído o Centro). Depois de anos de congelamento, o índice passou longe de devolver o poder de compra corroído pela inflação.

Em novembro de 2022, antes da posse do novo governo estadual, a Assembleia Legislativa aprovou, em regime de urgência, um aumento de 50% nos salários do futuro governador Tarcísio de Freitas e de seus secretários, a partir de janeiro 2023. O Sinteps fez campanhas de denúncia do arrocho salarial, integrando iniciativas unificadas do funcionalismo no final daquele ano e no início de 2023, reivindicando o reajuste dado ao governador.

*Reunião com a Superintendência em **15/3/2022***

2023, ano de greve pela revisão da carreira e farol para 2024

A pauta de reivindicações de 2023, entregue à administração do Centro Paula Souza e ao governo no início do ano, tinha como reivindicações centrais um reajuste salarial de 53,23% para todos e aavanços nos trabalhos da comissão responsável pelos estudos sobre a revisão da carreira.

Em maio, após conceder reajuste de até 34% para o pessoal da segurança pública, o governador Tarcísio de Freitas limitou-se a reajustar as demais categorias em míseros 6%. As emendas apresentadas pelo Sinteps na Assembleia Legislativa foram rejeitadas.

Em agosto, o chamado à greve feito pelo Sinteps vingou e os trabalhadores iniciaram o movimento com um grande ato no dia 8, com centenas de manifestantes saindo em passeata até a administração da instituição. Além do reajuste e da revisão da carreira, entraram na pauta o pagamento do bônus (até então sem data prevista, acabou sendo pago em setembro) e a defesa das ETECs (frente ao anúncio de criação de uma "rede paralela" de ensino técnico nas escolas da rede

Ato e passeata de lançamento da greve, em 8/8/2023

estadual, sem qualquer infraestrutura e à margem do Centro Paula Souza, entidade responsável por essa modalidade de ensino há mais de 50 anos, com notória qualidade). Já no dia 8/8, a Superintendência anunciou a publicação de suas diretrizes para a revisão da carreira, comprometendo-se a apresentar uma proposta até meados de setembro.

Em meio à forte pressão do governo estadual, com ameaças de corte de ponto e de direitos, a suspensão da greve foi decidida pelo Comando Central de Greve (representantes da direção do Sinteps e das unidades paralisadas) em 21/8.

Até o fechamento deste *Organizador Sinteps 2024*, em 28/11/2023, a proposta da instituição para a revisão da carreira segue desconhecida. Nesta data, convocados pelo Sinteps, trabalhadores de várias unidades do Centro participaram do dia estadual de paralisação do funcionalismo, com ato público em frente à Assembleia Legislativa. Além das pautas comuns com o restante das categorias – contra os cortes na educação, as privatizações e o início da reforma administrativa, medidas enviadas pelo governador Tarcísio à Alesp em forma de projetos de lei – no Centro a mobilização neste dia teve um elemento adicional: pressionar pelo andamento da revisão da carreira.

Segue a luta pela carreira - O Sinteps seguirá organizando os trabalhadores da instituição pela revisão da carreira. É nela que queremos introduzir: melhores tabelas salariais; a definição de uma política salarial permanente; a promoção direta para o nível de titulação e progressão a cada dois anos (por antiguidade, como prevê a CLT); a instituição de jornada de trabalho para docentes (10, 20, 30 e 40h); a inclusão de mais graus nas tabelas para acompanhar o aumento do tempo necessário à conquista da aposentadoria (devido à reforma da Previdência); a instituição do plano de saúde; a melhoria dos benefícios (como o vale alimentação e a inclusão de cesta básica), entre outros.

Segue a luta contra a reforma do EM, em defesa das nossas escolas e do emprego - Desde a implantação da reforma do ensino médio, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo de Michel Temer, em 2016, entidades e movimentos ligados à educação, entre eles o Sinteps, vêm denunciando os estragos promovidos nesta etapa escolar: currículos empobrecidos, cargas horárias reduzidas, demissão e precarização do trabalho docente.

Com a chegada do governo Lula à presidência, logo no início de 2023 a revogação da reforma foi reivindicada formalmente e voltou a ser tema de manifestações populares. Trata-se de uma luta ainda em curso e o debate com o governo está aberto. Fruto das pressões, alguns avanços – como o aumento da carga horária das disciplinas básicas – já estão no horizonte, mas ainda aquém até do que tínhamos antes da reforma.

Ato em frente à Superintendência do Centro, em 18/8/2023

Resumo dessa história: Conquista só vem com organização e luta

A história destas três décadas, desde a criação do Sinteps, mostra que, em todas manifestações e greves organizadas pela entidade, a categoria teve êxito, seja político ou financeiro, ou ambos. Nenhum trabalhador foi prejudicado financeiramente ou funcionalmente em nenhum movimento.

São 30 anos de história e de lutas pela melhoria das condições de trabalho e dos salários da categoria. E é importante que os trabalhadores e as trabalhadoras do Centro entendam que a união de todos e todas é

fundamental para conquistas mais frequentes. Um sindicato forte se constrói a partir de uma categoria unida!

Homenagens aos pioneiros e ativistas do Sinteps

Quando foi fundado, em 1993, o Sinteps teve como primeira direção um colegiado formado pelas diretorias da Associação dos Servidores do Ceeteps (ASPS) e da Associação dos Docentes das Escolas Técnicas do Ceeteps (Adeteps). Depois disso, foram realizados vários processos eleitorais.

Muitos dos companheiros que estão hoje à frente da entidade fazem parte de sua história desde a fundação. Confira quem figura no rol de presidentes do Sindicato desde a sua criação e os membros da diretoria atual.

Salvador dos Santos Filho: Presidente da ASPS no mandato 91-93, membro da Diretoria Executiva em vários mandados, vice-presidente de 2009 a 2012.

Marcos José de Abreu: Presidente da ASPS na gestão iniciada em 1993, última da fusão com a Adeteps. Primeiro presidente do Sinteps, nos anos 93/94, ao lado de Silvia Elena de Lima, ambos referendados pela assembleia de fundação do Sindicato.

Maria Celeste Mendonça: Diretora da Adeteps de 1988 a 1993. Presidente do Sinteps de 1994 a 1997.

Denise Rykala: Presidente do Sinteps de 2000 a 2003.

Neusa Santana Alves: Presidente do Sinteps nos mandatos 2003-2006, 2006-2009 e 2009-2012.

Silvia Elena de Lima: Presidente da Adeteps no mandato iniciado em 1992, o último antes da fusão com a ASPS, que deu origem ao Sinteps. Primeira presidente do Sindicato, nos anos 1993/1994, junto com Marcos José de Abreu. Presidente nas gestões 1997-2000, 2012-2015, 2015-2018, 2019-2022.

A gestão atual *(Posse em 2022)*

Diretoria Executiva: Silvia Elena de Lima (*presidente*), Renato de Menezes Quintino (*vice-presidente*), Neusa Santana Alves (*secretária-geral*), Denise Rykala (*tesoureira-geral*), Rafael dos Santos Correa Macedo (*vice-tesoureiro*), Ronaldo Garcia Almeida (*sec. Políticas Sindicais*), Paulo Roberto Murger Nogueira (*sec. Gênero e Igualdade*), Felipe Augusto Chadi da Silva (*sec. Juventude*), Luciana Fischer (*sec. Comunicação*), Maria Regina Rossetto Solano (*sec. Aposentados*), Heriane Prado e Souza (*sec. Entretenimento*), Margarette Maria Moises Angeli (*suplente*), Fernando José Salvador Pedro (*suplente*), Emílio Campos Costal (*in memoriam*).

Conselho Fiscal: Marcos José de Abreu, Paulo Lemos e Márcio Jose Dionísio (*titulares*); Elisabeth Aparecida Souza e Itamar Tadeu Moll (*suplentes*).

Da esq. p/a dir.: Silvia e Marcos (posse do primeiro CDB, em 1994), Salvador (in memoriam), Celeste, Neusa, Denise e Silvia